

NOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO SUL: REFLEXÕES SOBRE SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DO RURAL E DO URBANO NO BRASIL E NO BENIN

MOHAMED MOUDJABATOU MOUSSA

Mestre em Geografia
Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal¹
moussamoudjabatou@gmail.com

ANDERSON PEREIRA PORTUGUEZ

Doutor em Geografia, professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas do Pontal - Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal¹
portuguez.andersonpereira@gmail.com

RESUMO: O continente africano é, ainda hoje, desconhecido da maior parte dos profissionais da geografia brasileira. O presente trabalho tem o propósito de ampliar os conhecimentos sobre a África no Brasil, mais especificamente sobre o Benin, um país cuja história está intimamente relacionada à história do Brasil. O objetivo foi apresentar um panorama geral do rural e do urbano nestes países, mostrando em quais aspectos ambos se assemelham e se diferenciam. A metodologia utilizada baseou-se na revisão de literatura e na análise de bancos de dados estatísticos. Observamos que o Benin desenvolveu cidades e redes urbanas bem antes do século XV, quando a influência cultural e dominação econômica de alguns países europeus passaram a se intensificar gradativamente. A influência da civilização ocidental redesenhou o modelo tradicional de cidade africana e o tornou europeizado. As cidades brasileiras surgiram no período colonial, quando os arranjos espaciais de ambos os países passaram a sofrer maior influência das lógicas mercantis europeias. Em ambos os países o campo possui semelhanças, tanto em relação ao passado escravagista, quanto em relação aos atuais modelos de uso e ocupação do espaço.

Palavras-chave: urbano; rural; paisagem; território.

ON TWO SIDES OF THE SOUTH ATLANTIC: REFLECTIONS ON SIMILARITY AND DIFFERENCES FROM THE RURAL AND THE URBAN IN BRAZIL AND BENIN

ABSTRACT: The African continent is still unknown to most professionals in Brazilian geography today. This work aims to expand knowledge about Africa in Brazil, more specifically about Benin, a country whose history is closely related to the history of Brazil. The objective was to present an overview of the rural and the urban in these countries, showing in which aspects both are similar and different. The methodology used was based on literature review and analysis of statistical databases. We note that Benin developed cities and urban networks well before the XV century, when the cultural influence and economic domination of some European countries began to intensify gradually. The influence of Western civilization redesigned the traditional African city model and made it Europeanized. Brazilian cities emerged in the colonial period, when the spatial arrangements of both countries began to suffer greater influence from European mercantile logics. In both countries the countryside has similarities, both in relation to the slavery past, and in relation to the current models of use and occupation of space.

Keyword: urban; rural; landscape; territory.

A DOS LADOS DEL ATLÁNTICO SUR: REFLEXIONES SOBRE SIMILARIDAD Y DIFERENCIAS DE LO RURAL Y URBANO EN BRASIL Y BENIN

RESUMEN: El continente africano aún es desconocido para la mayoría de los profesionales de la geografía brasileña en la actualidad. Este trabajo tiene como objetivo ampliar el conocimiento sobre África en Brasil, más específicamente sobre Benín, un país cuya historia está estrechamente relacionada con la historia de Brasil. El objetivo era presentar una visión general de lo rural y lo urbano en estos países, mostrando en qué aspectos ambos son similares y diferentes. La metodología utilizada se basó en la revisión de la literatura y el análisis de bases de datos estadísticas. Observamos

¹ Endereço para correspondência: Rua Vinte, 1600 - Tupã. CEP: 38.304-402 - Ituiutaba, MG - Brasil.

que Benín desarrolló ciudades y redes urbanas mucho antes del siglo XV, cuando la influencia cultural y el dominio económico de algunos países europeos comenzaron a intensificarse gradualmente. La influencia de la civilización occidental ha rediseñado el modelo tradicional de ciudad africana y lo ha europeizado. Las ciudades brasileñas surgieron en el período colonial, cuando los arreglos espaciales de ambos países comenzaron a sufrir una mayor influencia de las lógicas mercantiles europeas. En ambos países, el campo tiene similitudes, tanto en relación con el pasado de la esclavitud, como en relación con los modelos actuales de uso y ocupación del espacio.

Palabras clave: urbano; rural; paisaje; territorio.

Introdução

Com a emergência dos estudos sobre as questões étnico-raciais no Brasil após a promulgação das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008, que instituíram a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de todo o país, muitos profissionais da Geografia têm voltado suas atenções para o continente africano, sobretudo por meio de parcerias de pesquisa. Os estudos realizados têm produzido resultados muito interessantes, pois a diversidade geográfica da África é desconhecida da maior parte dos professores brasileiros.

São muitas as paisagens naturais, realidades sociais, dinâmicas econômicas e expressões culturais existentes em África que são ignorados pela Geografia mundial, inclusive pela brasileira. Qualquer esforço em entender sua complexidade e peculiaridades se faz válido, sobretudo quando se logra olhares em parceria entre pesquisadores do Brasil e de países africanos.

O presente artigo traz os resultados de um desses esforços, unindo olhares de geógrafos do Brasil e do Benin, na busca de uma compreensão sobre como determinados conceitos podem ser aplicados em realidades distintas e em países de diferentes continentes. Para o presente trabalho, optamos por compreender como são as cidades e o campo no Brasil e no Benin, país localizado na chamada África Ocidental² (Fig. 1).

Figura 1: Localização do Brasil, na América do Sul e Benin, na África Ocidental.



Fonte: Adaptado de: www.estadosecapitaisdobrasil.com. Acessado em 18/10/2019. Organização: Portuguese, A. P. (2019).

Neste contexto, este artigo pretende discutir (em termos oficiais) as definições de cidade e de campo no Benin e no Brasil e analisar algumas das possíveis relações existentes

² A África Ocidental corresponde ao recorte subsaariano oeste do continente africano composto pelos seguintes países: Nigéria, Benin, Togo, Gana, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Libéria, Guiné Bissau, Mali, Mauritânia, Níger, Serra Leoa e Senegal.

entre estes espaços nestes dois países. Para tanto, realizamos revisão de literatura em fontes bibliográficas e consultas às bases de dados oficiais de ambos os países.

Trabalhos desta natureza são importantes para ampliar o conhecimento sobre África, mostrando suas similaridades e diferenças com o espaço geográfico brasileiro. Ajudam a montar o acervo de dados necessários ao estudo da África no Brasil, atendendo assim ao disposto na legislação educacional vigente.

Para além deste compromisso formal, o trabalho possibilita ainda um olhar sobre um país culturalmente importante para a formação da identidade brasileira, mas que é negligenciado no ensino de Geografia, tanto por mero desconhecimento de seu papel histórico na formação social e territorial de muitas cidades brasileiras, mas também devido ao preconceito que ainda existe no ambiente escolar brasileiro, que vê a África como um continente selvagem, economicamente desinteressante e explicado sobretudo a partir de dados sobre pobreza e guerras civis.

As duas margens do Atlântico Sul

O Benin é banhado ao sul pelo oceano Atlântico. Ao norte faz fronteira com Burkina Faso e Níger, a leste limita-se com a Nigéria e a oeste com Togo. Possui uma forma alongada, com território de dimensões pouco superior ao do estado brasileiro de Santa Catarina. É um país pequeno se comparado ao Brasil (figura 2).

Figura 2: Divisão administrativa da República do Benin



Fonte: Adaptado de Fond topographique IGN, 1999. Org.: Portuguez, A. P. (2018).

Embora a economia, os dados populacionais e as paisagens naturais do Brasil e do Benin sejam bem distintas, ambos os países compartilham muitos traços culturais como veremos mais adiante neste trabalho. No quadro 1, procuramos mostrar (não necessariamente comparar) alguns aspectos gerais do território e da produção de ambos os países analisados, no intuito de compreender o posicionamento destes Estados-Nação no cenário global atual. O quadro mostra países periféricos do capitalismo que ocupam posições muito distintas no cenário mundial. Ambos os países possuem sérios problemas com pobreza e desigualdade social, mas em linhas gerais, o Brasil conseguiu se desenvolver mais, logrando posições mais favoráveis no quadro econômico mundial, enquanto o Benin permaneceu com resultados muito tímidos.

Quadro 1: Dados gerais da República Federativa do Brasil e da República do Benin.

Variáveis	Brasil	Benin
Área territorial	8.515.767 km ² (5 ^o maior do mundo)	112.622 km ² (99 ^o maior do mundo)
Unidades Federativas	27	12
Total de municípios	5.564	77
População absoluta	210,1 milhões (estimativa para 2019. 6 ^a maior população do mundo)	11,7 milhões (dados de 2019. 77 ^o mais populoso do mundo)
Densidade demográfica	23,8 hab./km ² (dados de 2019)	87 hab./km ² (dados de 2016).
Índice de Desenvolvimento Humano (nacional)	0,761 (entre os 80 mais altos do mundo).	0,520 (muito baixo, entre os 30 mais baixos do mundo).
Produto Interno Bruto	3,217 trilões (dados do PPC-2017. 8 ^o maior do mundo).	US\$27,546 bilhões (dados de 2018. Valor muito baixo, entre os 50 menores do mundo)
Renda <i>per capita</i>	US\$10.309 Dados de 2019. Entre as 70 mais elevadas do mundo).	US\$2,411 (dados de 2018. Valor muito baixo, entre os 30 menores do mundo).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Demográfico de 2010 e estimativas atualizadas até 2019; e *Institut National de la Statistique et de L'analyse Économique* – Recenseamento geral da população e da habitação de 2013, com estimativas atualizadas até 2019.

No Benin, a maior parte da população vive nas planícies costeiras e nos planaltos do sul, onde as cidades mais desenvolvidas do Benin estão concentradas, incluindo Porto Novo, a capital administrativa, e Cotonou, a capital econômica. No Brasil, a população também se concentra ao longo de seus quase 8.000 km de litoral, desde o norte até o sul do país. As regiões Sul e Sudeste são as mais populosas, mas há manchas descontínuas de elevada urbanização nas áreas metropolitanas do interior.

De todas as transformações sociais que atingiram diferentes países do continente africano nas últimas décadas, a urbanização contemporânea, ocorrida a partir do pós-guerra, é um dos fenômenos mais marcantes. Polos de comércio e de acúmulos de capital financeiro, áreas de concentração humana e outras expressões da urbanização africana facilitaram os relacionamentos territoriais atuais (KIPRÉ, 2010).

Dinamizaram-se ainda os ambientes de inovações, as legislações e as relações de poder pós-descolonização nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. Entretanto, a urbanização contemporânea trouxe desafios enormes para uma realidade humana difícil, de pobreza e luta pela efetivação de direitos democráticos. As mudanças sociais são particularmente sensíveis às crises político-econômicas provenientes da moderna urbanização africana (DUBRESSON e RAISON, 1998).

Por sua vez, o Brasil é o maior e mais populoso país da América Latina e apesar de suas crises econômicas recentes (2014-2016 e a da pandemia da Covid-19 em 2020), é o que possui economia mais dinâmica, diversificada e tecnificada de todo o hemisfério sul.

Devido à sua grande extensão, o Brasil apresenta muitas diferenciações internas, com variados sistemas naturais sobre os quais distintos processos históricos se fizeram, produzindo seu atual mosaico regional (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Graças a essa diversidade, existem diferentes ruralidades e urbanidades no Brasil, o que exige uma abordagem relativizada do assunto pela Geografia. Os contextos urbanos da Amazônia não são os mesmos encontrados em sua região mais dinâmica, representada pelo eixo Sudeste-Sul.

Brasil e Benin, portanto, são países completamente diferentes, com meios naturais distintos e dimensões muito diferenciadas. Porém, guardam entre si algumas similaridades e muitos laços históricos. Viajantes e naturalistas que estiveram no Brasil e no Benin durante o período da escravidão deixaram registros dos mais diversos sobre ambos os países. Alguns destes registros mostram claramente a visão eurocêntrica de civilização que estava sendo imposta naquela época a ambos os países. Leiris (2007), por exemplo, escreveu registros etnográficos confessionais extremamente preconceituosos sobre as sociedades africanas e Verger (2012), etnógrafo que passou muitos anos tanto no Benin quanto no Brasil, registrou trechos de dezenas de obras que, em seu conjunto, mostravam claramente o desprezo com o qual os europeus interpretavam as culturas africanas.

Segundo Portuguez (2015), o Brasil recebeu entre os séculos XVIII e XIX um expressivo volume de escravizados africanos vindos do reino de Dahomé, atual República do Benin. A cultura beninense influenciou muitos traços da cultura brasileira e contribuiu para a formação da identidade nacional. Segundo Moussa (2019):

O Reino do Dahomé (...) é um antigo reino africano localizado no sudoeste da atual República do Benin e formou-se entre o século XVII e o final do século XIX. O Danhome desenvolveu-se no planalto de Abomey no início de 1600 e tornou-se potência regional no século XVIII, conquistando cidades importantes na costa atlântica, especialmente o porto de Ouidah, que é uma das mais importantes cidades portuárias do comércio escravagista. De suas praias, saíram milhares de africanos escravizados para o Novo Mundo, em especial para Salvador (BA) entre os séculos XVIII e XIX. (...) Em 1894, o reino tornou-se parte de África Ocidental Francesa como a colônia de Dahomé (MOUSSA e PORTUGUEZ, 2020, p. 22).

Para Portuguez (2015), as tradições religiosas dahomeanas (ou do Benin) ajudaram a formatar muitas das religiões afro-brasileiras, em especial a Umbanda e o Candomblé, que são as de maior abrangência social e territorial. Ainda hoje existem milhares de terreiros de axé no Brasil que mantêm vivas as tradições culturais (crenças, alimentação, organização social, indumentária típica, dialetos, entre outras) herdadas de escravizados vindos de cidades beninenses como Ketu, Abomey, Sakété, Savé, Savalu, Ouidah e outras. Para este mesmo autor, a maior parte dos homens e mulheres que fizeram forçosamente a travessia do Atlântico, fixaram-se em Salvador e no Recôncavo Baiano e de lá migraram ou foram revendidos para outras regiões do Brasil. Os escravizados beninenses tiveram ainda um importante papel na formação cultural do estado do Maranhão e na religiosidade afro-indígena da região Norte e parte da região Nordeste do país (FERRETTI, 2009).

Figura 3: Culto religioso tradicional ao panteão de Dã, a serpente sagrada do reino da Dahomé (Ouidah, Benin).



Fonte: [https:// theafricanhobowordpress.com/\(...\)-benin-republic-ouidah/](https://theafricanhobowordpress.com/(...)-benin-republic-ouidah/). Acessado em 12/06/2020.

Figura 4: Culto ao panteão de Dã, a serpente sagrada do antigo reino da Dahome em um Terreiro de Tambor de Mina em São Luís (MA, Brasil).



Fonte: Acervo particular de Portuguez, A. P. (2020).

Após a abolição da escravatura (1888) muitos beninenses e descendentes destes retornaram para o Benin e lá fundaram importantes “comunidades brasileiras”, sendo desde então chamados de Agudás (GURAN, 2000).

Como se vê, o Benin é um país importante de ser estudado para se compreender o Brasil em parte de sua formação sociocultural. Há muitos aspectos que poderiam ser trabalhados em estudos de parcerias, de forma que um amplo leque de abordagens espera por cuidados mais detidos por parte da Geografia. Para este momento, vamos nos deter na análise de algumas similaridades e diferenças entre as cidades e o campo no Brasil e no Benin.

As cidades em ambos os países sempre mantiveram, de alguma maneira, relações com o campo. A questão, entretanto, seria o que deve ser entendido por cidade e por campo no contexto geográfico africano e o que seria cidade e campo no Brasil. As cidades de África Ocidental já eram grandiosas quando o Brasil começou a ser colonizado. Entretanto, o conteúdo territorial das cidades africanas era diferente daquilo que os europeus entendiam por reinos e cidades.

A imposição de uma lógica civilizatória europeia redesenhou as cidades africanas e criou no Brasil territorialidades cidadinas semelhantes ao que existia no Velho Mundo. Na África Ocidental existiam Cidades-Estados importantes, com domínios territoriais que incluíam cidades menores, aldeamentos e amplas áreas naturais e rurais. Oyó (Nigéria) e a já citada Abomey (Benin), são apenas dois exemplos de cidades reais africanas.

Nas figuras 5 e 6, pode-se ver detalhes da cidade de Benin, capital do antigo reino Edo (que não pode ser confundido com a atual República Democrática do Benin). A Cidade-Estado nigeriana do Benin (que ainda hoje mantém o nome) se localiza a noroeste do delta do rio Níger e é um exemplo clássico de ocupação Yorubá, como tantas outras que existem na atual república africana que estudamos neste artigo. Segundo Europa (2018), o reino Edo foi um dos mais importantes de África Ocidental e suas muralhas, que eram de proporções monumentais, foram consideradas uma das maiores estruturas construídas pelo homem no continente africano.

A cidade de Benin, que deu seu nome à República do Benin, foi edificada por povos Yorubás ao longo de 600 anos (entre 800 e 1400 d.C.). Nas figuras 5 e 6 se vê alguns detalhes de seu traçado urbano e de sua arquitetura. Os muros do reino do Benin protegeram os Edo por mais de 4 séculos, até serem derrubados pelos britânicos em 1897 (EUROPA, 2018).

Figuras 5 e 6: Representações de 1891 da Cidade-Estado de Benin, antiga capital do reino Edo (na atual Nigéria) e vestígios arquitetônicos.



Fonte: <https://www.theguardian.com/>. Acessado em 16/06/2020.

Será no entorno dessas cidades fortificadas, em aldeias agrícolas, que a vida rural pré-colonização se processará. Com o advento das guerras tribais que alimentaram o tráfico negreiro na África Ocidental a partir do século XVII, as lógicas citadinas começam a se transformar de maneira bastante significativa. O maior contato com europeus (aculturação) e as tensões bélicas decorrentes da constante ameaça da escravidão fez com que muitas aldeias africanas fossem dizimadas e até mesmo cidades inteiras fossem descaracterizadas (VERGER, 2012).

Aos poucos, sobretudo a partir do final do século XIX, as formas citadinas tradicionais do Benin foram degradadas pelo modelo da colonização europeia, que impôs outros modos de vida e outras lógicas de uso e ocupação do espaço. Bom lembrar que a colonização da África ocorreu bem depois da colonização em outros continentes, estendendo-se até meados do século XX. Surgiu assim, um outro conceito de cidade, desta vez relacionado ao modo de produção capitalista em sua expressão periférica, de economia dependente.

Pantoja (2011) apresentou em sua obra, alguns exemplos de cidades Bantus onde processos semelhantes ocorreram. Em outras palavras, para se compreender a geografia urbana africana, há que se levar em consideração não somente o que as culturas europeias designavam como cidade, mas também é preciso abrir os horizontes da abordagem geográfica para compreender a África desde seus modos de viver pré-colonização, quando culturas complexas e dinâmicas criaram territorialidades urbanas com características bem próprias.

Não temos conhecimento da existência de cidades indígenas no Brasil. Na África temos uma estrutura espacial na qual a população se socializa e estabelece relações econômicas. Para Aristóteles, a cidade é uma criação do homem enquanto ser social. E enquanto ser social, ele está regido por um conjunto de normas que regulam a vida urbana e aqueles homens que não vivem em cidades são considerados selvagens. Para os portugueses que aqui chegaram, o índio era um selvagem porque não morava em cidades. Daí também não ser considerado civilizado. Para pensarmos uma geografia urbana africana deve-se partir da própria forma de organização socioespacial da cultura e no caso beninense, entender a sua forma de organização social, antes do europeu impor o seu modelo civilizatório (OLIVEIRA JÚNIOR, 2020)³.

³ Considerações do Prof. Dr. Antônio de Oliveira Júnior, ao debater a questão urbana do Benin em 11/06/2020 (UFU, Ituiutaba, colóquio virtual).

Tanto na África Ocidental quanto na África meridional, é possível encontrar na atualidade paisagens citadinas com formas urbanas ecléticas, com formas que remetem ao traçado urbano moderno, mas que ainda guardam muitos elementos identitários dos tempos imperiais. Para Milton Santos, a paisagem representa o mundo que se vê desde onde se está, no momento que se o observa. A paisagem é:

[...] tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc (SANTOS, 1996, p. 61).

Santos (1996) afirmou ainda que a paisagem é constituída de num amplo conjunto de formas moldadas por dinâmicas diversas, que em um dado momento expressam fisicamente as heranças que representam as sucessivas interrelações dos sistemas sociais e naturais. Nas paisagens, portanto, existem objetos do passado e do presente em uma construção transversal. Este acúmulo de distintas temporalidades materializadas nas paisagens foi chamado pelo autor de “rugosidades” e, nesta perspectiva, as formas concretas precisam ser entendidas não somente a partir de sua materialidade (formas), mas também a partir dos usos que se faz delas (função), o que dá sentido subjetivo ao significado daquilo que se vê.

Muitas paisagens urbanas beninenses são exemplos claros do que Santos (1996) asseverou. O contraste entre o novo e o velho, o antigo e o moderno, o tradicional e o atual (rugosidades) ganha destaque não somente pela presença de formas edificadas em tempos distintos, mas sobretudo por sobrepor diferentes conceitos de cidades, de modo que a cidade atual foi gradativamente se sobrepondo às antigas, algumas com milhares de anos⁴.

No Brasil, entretanto, o conceito de cidade foi introduzido com a colonização ocorrida após a terceira década do século XVI. Os índios, habitantes nativos do Brasil, ocupavam o território de uma forma bastante peculiar, agrupando-se em aldeias, sobretudo em áreas de alta piscosidade e onde os recursos naturais eram mais abundantes.

Um parêntese: o discurso da “descolonização” na abordagem acadêmica impõe aos pesquisadores uma abordagem crítica e revisionista da história da colonização e de como ela foi registrada e contada ao longo do tempo. Para Pinto (2019), o termo “colonização” esconde um processo cruel, no qual os europeus invadiram territórios habitados por povos ancestrais nas Américas, na África e na Ásia-Oceania. No Brasil, os portugueses saquearam aldeias indígenas, desterritorializaram tribos pela força, causaram genocídios terríveis, degradaram o meio ambiente e violentaram corpos e mentes não só de indígenas, mas também (e sobretudo) de africanos que para cá vieram na condição de escravizados. Neste trabalho, ao falarmos de colonização, desejamos nos referir ao processo a partir desta concepção, que ao nosso ver, representa mais fidedignamente o que se deu em território brasileiro.

Com a colonização portuguesa e a introdução de cultivos comerciais de cana-de-açúcar no Brasil, as primeiras cidades surgiram, ao mesmo tempo em que holandeses, ingleses, portugueses e outros europeus dinamizavam cidades portuárias africanas para que servissem de entrepostos escravagistas, inclusive para abastecer o Brasil.

As fortificações foram elementos comuns aos espaços citadinos comerciais no Brasil e no Benin, além da presença da Igreja Católica, que passou a exercer importante papel político em ambos os países (PANTOJA, 2011 e VERGER, 2012). Será, portanto, a partir do século XVI que ambos os países poderão ser entendidos a partir de semelhanças e diferenças, pois antes disso ambos não apresentavam influências culturais europeias marcantes.

Seus povos autóctones viviam de formas bem distintas, seguindo contextos geográficos, históricos e culturais próprios de cada grupo. A colonização e o mercado

⁴ Interessante observar que nos registros históricos que consultamos, como os da cidade de Allada (Benin), há notícias do surgimento da cidade em tempos imemoriais. Porém, em muitas cidades, o aniversário de fundação é comemorado em datas ligadas à ocupação europeia, como se antes dela nada existisse, ou como se o que ali houvesse, fosse menos relevante e não merecesse mais que alguns poucos parágrafos na história local.

escravagista aproximaram os dois países, que passaram a ser dinamizados pelas mesmas lógicas econômicas e, como consequência, seus espaços rurais e urbanos foram se tornando cada vez mais europeizados, sobretudo a partir do final do século XIX.

As cidades no Brasil e no Benin na atualidade

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BGE, (2010) caracteriza a rede urbana do Brasil da seguinte forma: cidade de pequeno porte: 50 a 100.000 habitantes, cidade de médio porte: 100.001 a 500.000 habitantes, cidade de grande porte: acima de 500.000 habitantes, metrópole: acima de 1.000.000 de habitantes, megacidade: acima de 10.000.000 de habitantes.

As cidades beninenses são, em média, menores que as brasileiras. A capital possui a maior população urbana, cerca de 700 mil habitantes, o equivalente à Uberlândia, uma das cidades médias do Estado brasileiro de Minas Gerais, no Brasil. A média de população nas cidades do Benin varia de 20 a 70 mil habitantes (MOUSSA, 2019). Estamos, portanto, falando de duas realidades totalmente diferentes, em que se deve relativizar os significados do conteúdo técnico para os estudos comparativos ora pretendidos.

Em escala mundial não há um único conjunto de critérios que defina uma cidade. Esta definição varia de país para país. Em alguns, os organismos públicos se baseiam principalmente em critérios quantitativos para definir as áreas rurais das urbanas, enquanto em outros Estados-Nação, utilizam-se, sobretudo, critérios qualitativos ou administrativos.

George (1990), obra genérica, mas muito utilizada nas academias beninenses de geografia, considera a cidade como população aglomerada, definida por um número de pessoas e uma determinada forma de governo, de organização econômica e social da urbe. Esses elementos, ao nosso entender, são frágeis e genéricos.

Na maioria das comunidades consideradas como “de cidades” no Benin, muitos habitantes praticam a agricultura de subsistência como principal atividade produtiva. No Brasil, entretanto, as cidades são predominantemente espaços de prestação de serviços, comércio e em alguns casos, de concentração industrial variada. Também é possível ver a agricultura urbana em cidades brasileiras, mas esta, entretanto, é uma atividade produtiva de importância marginal.

Para este trabalho, utilizaremos para o Benin, o conceito de cidade proposto pelo Instituto Nacional de Estatística e de Análise Econômica do Benin. Esta instituição considera como cidade toda área heterogênea que é governada por um município sede⁵, tendo uma população de 10.000 habitantes ou mais e com pelo menos um das seguintes instalações: tesouraria, filial bancária, serviços de fornecimento de água, eletricidade, centro de saúde e serviços educacionais (INSAE/RGPH4, 2013).

Para Dossou e Nyehouenou (1981), no Benin o fenômeno urbano traduz o êxodo das populações rurais para as cidades cuja população continua a crescer ainda nos dias atuais. De acordo com Dubresson e Raison (1998), há um aumento notável da população urbana beninense devido a dois fatores importantes: o êxodo rural e o aumento do número de áreas reclassificadas de rural para urbanas.

No Brasil, as décadas pós Segunda Guerra Mundial marcaram fortemente o movimento populacional das áreas rurais para as urbanas, assim como das áreas urbanas menores para as metropolitanas. Entre o fim da referida Guerra e a década de 1980, a população urbana brasileira cresceu vertiginosamente, de forma que em tempos atuais, mais de 80% da população brasileira vive em cidades, sobretudo nas áreas próximas ao litoral e

⁵ Os municípios no Benin são formados por um conjunto de distritos. No distrito-sede se concentram os poderes executivo, legislativo e judiciário.

nos estados do Sul e do Sudeste do Brasil. Estes estados formam o que Santos e Silveira (2001) chamaram de “região concentrada”.

Considerando os contextos nacionais analisados, tanto no Brasil, quanto no Benin, as cidades são caracterizadas por apresentarem expressivas concentrações de atividades relacionadas com os setores secundários e terciários (comércio, serviços privados, indústria, serviços públicos e outros) e taxas baixas do setor primário (agricultura, pecuária, extrativismo, pesca e outros). Porém, entre os dois países analisados, as dimensões das cidades diferem bastante, pois as urbes brasileiras são bem mais expressivas tanto em complexidade técnica, quanto em dimensões populacionais (quadro 2).

Quadro 2: As 10 cidades mais populosas do Brasil e do Benin.

10 maiores cidades brasileiras	População	10 maiores cidades beninenses	População
São Paulo	12.252.023	Cotonou	679.012
Rio de Janeiro	6.718.903	Abomey-Calavi	656.358
Brasília	3.015.268	Djougou	266.522
Salvador	2.872.347	Porto-novo	263.616
Fortaleza	2.669.342	Parakou: hbts	254.254
Belo Horizonte	2.512.070	Banikoara	248.621
Manaus	2.182.763	Tchaourou	221.108
Curitiba	1.933.105	Kandi	177.683
Recife	1.645.727	Bohicon	170.604
Goiânia	1.516.113	Malanville	168.006

Fonte: RGP4 (Recensement Général de la Population et de l’Habitat 4): Institut national de la statistique et de l’analyse économique, 2013-2019; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE Cidades). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Ambos Acessados em 18/06/2020.

Organização: Moussa e Portuguez (2020).

No Benin, os parâmetros quantitativos não são bem definidos para a delimitação das cidades, exceto os municípios que têm status especial mais elevado. No Brasil, as populações das cidades podem variar desde umas poucas centenas de habitantes até a dezena de milhares, de habitantes. Em outras palavras, não é unicamente o tamanho da população que estabelece a aglomeração humana como sendo ou não uma cidade.

As cidades modernas do Benin são em boa parte, a europeização de antigas cidades típicas do baixo Níger. Souza (2007) as descreve como cidades que surgiram a partir de uma organização política e religiosa centrada na figura dos onis, que são pessoas dotadas de poder político e divino, ao redor dos quais se formavam um conselho de governo. Para esta autora, o modelo civilizatório baseado em redes de cidades ligadas a uma sede imperial, teria surgido entre o rio Volta e o baixo Níger entre os séculos VIII e XIII com a figura de Odudua, um ancestral divinizado da cidade de Ilè Ifé, que até hoje é um dos principais centros urbanos e religiosos da Nigéria.

A cidade de Ketu (ou Ketou), sede de um dos 16 antigos reinos fundados por descendentes de Oduduwa, é um exemplo claro de cidade Yorubá localizada na República do Benin. Ketu guarda laços históricos importantes com Ilè Ifé e Oyó (última sede do império Yorubá) e dela vieram grandes levas de africanos escravizados para o Brasil. Para a cultura brasileira esta cidade é importante, pois foi dela que vieram sacerdotes das religiões tradicionais africanas que ajudaram a criar, no Brasil, ritos hoje bem populares como por exemplo o Candomblé de matriz Ketu.

Esta mesma autora nos dá as pistas sobre o momento em que as antigas Cidades-Estados do baixo Níger passaram a se transformar de forma decisiva. Para Souza (2007) a

instalação de feitorias e fortificações europeias na costa do golfo do Benin a partir do século XVI fez com que o interior do império, onde estavam as principais cidades, conhecessem o declínio político e econômico. Ao mesmo tempo, cidades litorâneas, ou ligadas ao comércio atlântico (que incluíam seres humanos escravizados) passaram a se desenvolver e ganhar papel de protagonismo na instalação de uma lógica europeia de apropriação, uso e produção do espaço em escala regional.

As cidades contemporâneas brasileiras e beninenses são, portanto, fruto de processos de imposição de uma lógica europeia às antigas formas pré-existentes: cidades africanas e aldeamentos indígenas no Brasil.

As antigas estruturas africanas e indígenas praticamente desapareceram com o tempo. Povos dizimados, propriedades devastadas, corpos aprisionados e violentados, florestas destruídas e modos de vida alterados fizeram com que pouco do passado cultural de ambos os povos originários se perpetuassem até o presente. Os horrores da escravidão distorceram e ainda hoje distorcem saberes e fazeres e estão na base do racismo estrutural que ainda hoje atinge frontalmente populações africanas e a brasileira.

A cidade tradicional Yorubá era ordenada a partir de uma lógica política e religiosa, onde a ancestralidade exercia um papel fundamental na vida das pessoas. Com a ocupação europeia as lógicas mercantilistas, e depois capitalista, se impuseram e redesenharam totalmente o conceito de cidade.

O urbano moderno é cético, complexo, tecnificado, diverso, concentrado e caótico em ambos os países. A heterogeneidade existente entre cidades beninenses e brasileiras é bem marcante. No caso do Brasil, por exemplo Cachoeira Dourada, localizada no Estado de Minas Gerais, por exemplo, possui cerca de 2.500 habitantes, enquanto São Paulo é uma das cidades mais populosas do mundo, com cerca de 11.253.503 de habitantes (IBGE, 2010). Ambas as cidades possuem o mesmo status de Ente Federado, segundo a legislação do Brasil.

Ainda sobre o caso brasileiro, a definição utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística segue critérios qualitativos e administrativos, adotando ainda algumas classificações distritais realizadas pelas prefeituras municipais. De acordo com este órgão, cidade corresponde ao distrito sede do município e vila é o distrito que não é sede municipal, mas que é sede distrital.

Como visto, para se entender a África é necessário relativizar conceitos utilizados de forma genérica, que são questionados até mesmo pela geografia brasileira. Nossas cidades foram fundadas por europeus e, para nós, parece óbvio abordar as cidades a partir de olhares da geografia ocidental. Mas na medida em que nos dedicamos a entender a África como ela era e como ela se via (sem os filtros eurocêntricos), as descobertas são surpreendentes e revelam um continente rico e complexo.

Características do campo no Brasil e no Benin

Ao descrever o rural brasileiro, Portuguese (2015) lembrou que em um país de dimensões continentais, o espaço rural varia muito de acordo com cada composição paisagística regional e de acordo com o desenvolvimento do meio técnico existente em cada uma delas. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao Benin, que embora seja um país bem menor que o Brasil, também possui muitas diferenciações internas.

O espaço rural é comumente designado como os espaços habitados, cultivados, naturais e de produção primária que se localizam fora dos limites estabelecidos por lei para serem chamados de cidades. Tanto no Brasil quanto no Benin, esta lógica de reflexão sobre o rural ainda é válida no tempo presente, embora aqui e acolá, já hajam análises mais densas e complexas sobre alguns recortes do rural, sobretudo em áreas de grande concentração técnica.

Santos e Silveira (2001) explicam que as técnicas seriam todas as formas de mediação entre o homem e o meio. Quanto maior o volume e a concentração das técnicas no tempo e no espaço, mais denso será o espaço geográfico. Tal densidade revela a divisão territorial do trabalho e possibilita a compreensão do mosaico regional que caracteriza o território no tempo presente.

Em países periféricos do capitalismo, como Brasil e Benin, o campo é caracterizado, geralmente, por apresentar uma menor densidade técnica quando comparado com as cidades. Embora a modernização tenha chegado ao meio rural brasileiro com expressiva capacidade de transformação da paisagem, sobretudo após a década de 1970, via de regra, as cidades de grande porte, de médio porte ou que cumprem papéis importantes na dinâmica geográfica das nações, são mais tecnificadas e mais globalizadas que o campo.

Para Moussa e Portuguez (2020), o rural beninense ainda é pouco concentrado tecnicamente se comparado o rural brasileiro. No país africano se registra ainda hoje elevadas taxas de vulnerabilidade social em decorrência da pobreza, sobretudo no norte do país. Cerca de 58% da população ainda habita o campo, vive da subsistência e carecem de serviços públicos básicos que assegurem sua qualidade de vida. No sul do Benin, a produção rural conta com maior tecnificação e apoio governamental e atuação de corporações de distintos portes.

Para Perrier-Cornet (2002), no campo, a paisagem e o estilo de vida são centrais na representação do rural. A cultura exerce um papel importante, pois o rural geralmente apresenta-se como o palco de tradições, saberes, fazeres e interações que desinteressam a vida urbana. Entretanto, com a crescente tecnificação do campo, fica cada vez mais difícil desenhar os contornos de uma vida tipicamente rural.

Com a substituição crescente do trabalho familiar pelas relações capitalistas de trabalho no campo (agronegócio), as famílias camponesas tendem a se mudar para as cidades e lá se reinventarem como sujeitos sociais. Tal fato ocorre hoje no Benin e já marcou a história brasileira sobretudo nos anos 1960-1980. Outros fatores como secas prolongadas, pobreza, falta de apoio à produção familiar e outros, incentivaram o êxodo rural em ambos os países analisados ainda no tempo presente.

Segundo Vigninou (2014), neste estágio do desenvolvimento urbano beninense, a cidade se impõe ao rural, criando subordinações diversas, ao mesmo tempo em que o tecnifica e o densifica. Porém, a modernização do rural é um processo que produz profundas desigualdades, pois não são todos os territórios rurais que interessam ao capital. A modernização do campo, entretanto, revela interesses urbanos, muitas vezes internacionais. Nem sempre se assenta em interesses da população rural e não raro aliena a população da terra e da produção no campo, concentrando terras e oportunidades econômicas nas mãos de minorias. Esta lógica vista no Benin se repete no Brasil, pois não é uma lógica territorial e sim um fundamento estruturante do próprio capital, que cada vez mais globalizado, ao tecnificar o campo, ressignifica o modo de vida urbano e rural.

Santos e Silveira (2001), ao escreverem sobre o Brasil, lembram que a tecnificação do campo está relacionada a redes técnicas-informacionais-financeiras, cujos centros de decisão estão localizados nas cidades. Em outras palavras, há um distanciamento espacial entre a produção e a comercialização. Isto também ocorre no Benin em algumas regiões inseridas em redes globais de produção, tecnificação e financeirização. Há autores como Hougbo (2008), que criticam a crescente subordinação do campo beninense às cidades, pois este processo gera grandes desigualdades territoriais e sociais no país africano.

É interessante observar este tema com cuidado e atenções acadêmicas relativistas, pois as lógicas do capital que se impõe, se desinteressam completamente pelos modos de viver baseados em princípios ancestrais dos territórios culturais beninenses, onde tradicionalmente a vida era organizada ao redor das relações entre clãs.

Do ponto de vista da “abordagem descolonizadora” já mencionada anteriormente, podemos pensar o rural no Benin a partir da organização das cidades e reinos pré-dominância europeia e pós-dominância europeia.

Nos tempos dos clãs e dos antigos reinos do atual Benin (séculos XVIII a XIX), as atividades rurais eram realizadas tanto nas áreas interioranas das cidades fortificadas, como em vilas ou aldeias próximas. Ao decrever os reinos Yorubas e dahomeanos, Souza (2007) asseverou:

Quando não existem textos escritos que deem informações detalhadas de como viviam povos do passado, são os vestígios arqueológicos e as histórias contadas pelos mais velhos, principalmente na forma de mitos, que nos falam de sociedades, como algumas que existiam nas regiões do rio Volta e do baixo Níger (...). Vestígios de caminhos calçados e muros de pedra dão uma noção de como eram os centros dessas civilizações. Alguns eram cercados de muros de pedra e deviam abrigar agricultores, artesãos, grupos de famílias submetidas a um chefe e seu conselho. Comerciantes circulavam em canoas pelos rios, e assim os produtos da floresta chegavam, depois de passar por muitas mãos, aos mercados ligados às cidades do médio Níger e ao comércio saariano.

Nas áreas naturais ou adjacentes às cidades, atividades como pesca, caça, coleta, mineração manual e outras, eram realizadas com frequência, obedecendo a uma série de preceitos religiosos e modos de interpretação da natureza. Este estilo de vida rural, relatado no Brasil pelos descendentes de escravos e registrados na literatura como um modo de viver tradicional, deu origem a uma percepção simbólica do rural africano como sendo um espaço pouco concentrado, de baixa densidade técnica e repleto de simbolismos míticos. Ainda hoje, em alguns quilombos brasileiros, pode-se ver esta forma de ordenar o espaço rural⁶.

O Quilombo dos Palmares, que existiu entre 1580 e 1710 na serra da Barriga (AL, Brasil), é um exemplo de reconstrução, no Brasil, de um estilo de reinado Bantu. O reino de Palmares (este quilombo em específico era um reinado) era formado por 11 cidades e muitos aldeamentos rurais. O conjunto formava uma complexa rede de interações sociais e espaciais que resultou em grande prosperidade na segunda metade do século XVII. Em outras palavras, estamos afirmando que o quilombo dos Palmares foi muito mais que um amontoado de ocupações de escravizados fugidos das senzalas nas serras de Alagoas. Palmares foi um reino, teve reis (Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares), teve uma capital (Cerca Real do Macaco), teve cidades (mocambos) a ela subordinada (Amaru, Zumbi, Dambrabanga, Curiva, Alto Magano, Tabocas, Subupira, Osenga e outra), tinha exércitos, templos, áreas agrícolas, territórios de caça, estradas, fortificações e outras estruturas⁷.

Após a ocupação, conquista e violação territorial dos povos autóctones pelos europeus, este rural mudou. Tanto no Brasil quanto no Benin, o rural passou a ser o território de reprodução da riqueza mercantil, não mais pertencendo aos que neles trabalhavam. Indígenas e africanos foram expropriados, escravizados, forçados a trabalhar na condição de escravizados e o que antes era um território de tradições e subsistência, passou gradativamente a se tornar o lócus da reprodução da riqueza das metrópoles. O rural se desvinculou das lógicas locais e passou a ser regido por interesses localizados na Europa, o que causou dor e devastação nas populações africanas e indígenas.

Na virada do século XVIII para XIX, o Benin perdeu grandes levas de população, parte dela forçada a vir para o Brasil para trabalhar na condição de escravizados. Tal fato

⁶ Desde o prisma da Geografia Cultural de teoria crítica, podemos entender o quilombo como uma forma territorial de organização socioespacial de resistência dos escravizados contra a escravidão. O termo “quilombo” é de origem Bantu e significa acampamento ou fortaleza, e os portugueses a usaram para designar povoações de escravizados fugidos.

⁷ Portuguese, A. P. “Tópicos de geografia da África”. Trecho de palestra proferida durante o XI Encontro de Geografia do Pontal. Universidade Federal de Uberlândia, campus do Pontal, Ituiutaba, MG, 9 a 14/12/2019.

gerou graves impactos tanto no rural beninense, quanto no rural brasileiro, pois este processo de desterritorialização-reterritorialização desagregou a população do Benin e criou no Brasil, grandes levas de trabalhadores que, após a proclamação da República em 1889, converteram-se em excluídos sociais amontoados em favelas e bairros pobres das cidades (MOUSSA, 2019).

Após 1960, o Brasil chegou à sua grande era de industrialização e concentração do capital no Sul-Sudeste do país, enquanto na África, o Benin conquistava sua independência da França. Desde então, o que se observa em ambos os meios rurais, é que o trabalho familiar se torna cada dia mais inviabilizado e pouco apoiado, enquanto os cultivos de exportação ganham cada vez mais destaque e apoios dos Estados e da iniciativa Privada.

O que se produz, como se produz, para quem se produz, etc., varia muito de um país para o outro, pois cada um traçou sua trajetória e estabeleceu suas parcerias. Neste aspecto Brasil e Benin não se assemelham muito. O Brasil possui hoje um rural bastante voltado para a produção de commodities e sua população camponesa dedica-se predominantemente à produção de alimentos para o mercado interno. No Benin, a agricultura de subsistência ainda é extremamente relevante, pois os índices de pobreza são elevados e territorialmente desiguais.

Conclusão

A discussão conceitual apresentada no presente estudo revela grande diferença entre as cidades e o rural do passado tradicional do Benin e do que atualmente se entende por cidade e campo. Vimos que o Benin já possuía cidades importantes antes da chegada dos europeus e sua fixação mais intensa a partir do século XVI.

As tradições étnicas beninenses que se desenvolveram provavelmente a partir do século VIII resultaram na criação de Cidades-Estados de diferentes importâncias regionais, mas que mantinham vivas as tradições e lógicas de uma organização social própria. O poder dos líderes de clãs e seu papel de mediação entre o mundo dos vivos e o mundo dos ancestrais dava a tônica da produção do espaço naquele formato específico de configuração cidadina. As moradias, os equipamentos bélicos, o mercado, o rural, o religioso e o político se fundiam em estruturas espaciais que não se assemelhavam ao conceito europeu de cidade.

O mesmo se pode dizer da relação entre esse modelo de cidade e seu entorno, formado por áreas rurais e naturais adjacentes. A presença europeia impôs a lógica mercantilista aos territórios dos Yorubás e Dahomes, o que resultou na desconfiguração dessa lógica tradicional e a implantação de cidades baseadas em uma outra visão de mundo, outra maneira de ordenar o espaço. Os grupos étnicos regionais intensificaram as guerras uns contra os outros, acirrando diferenças históricas existentes e redirecionaram suas economias para o comércio atlântico, o que incluía a escravização de africanos para seu envio às Américas.

A Geografia Brasileira, infelizmente, desconhece em grande parte a história das cidades tradicionais africanas. Ignora suas lógicas antigas, suas tradições e por este motivo interpreta de forma superficial a espacialidade de territórios negros brasileiros, como o Quilombo dos Palmares, por exemplo.

A noção europeia de cidades foi implantada no Brasil, onde o fenômeno das Cidades-Estados não existira. Os índios brasileiros possuíam outro tipo de ordenamento do território e isso fez com que a percepção de cidade, em si, surgisse a partir da colonização portuguesa. Se não havia urbano antes de a coroa lusitana impor seu poder aos povos indígenas no Brasil, tampouco podemos falar em um rural. A cidade e o rural foram inovações territoriais introduzidas a partir de 1530 no Brasil por meio da economia canavieira. Tal processo implicou na dizimação paulatina de povos indígenas, escravização de nativos, violação de seus corpos e desconsideração de suas identidades.

O rural e o urbano mercantilista surgiram no Brasil e no Benin aproximadamente na mesma época (século XVI), pois a história de um país não pode ser contada sem a do outro. Nesta perspectiva, a geografia de um país pode e deve ser entendida em paralelo à geografia do outro.

É interessante notar como dois países separados por um oceano, se relacionam nos processos econômicos, sociais, culturais, religiosos e políticos. Porém, as semelhanças e as diferenças só serão compreendidas caso geógrafos do Brasil e do Benin tenham a curiosidade de dialogar e se questionarem sobre suas histórias e suas culturas e paisagens. Esta descoberta traz mais cores e contornos à geografia. Ver a África pelos olhos e tradições de geógrafos africanos se mostrou extremamente enriquecedor essa é a contribuição que desejamos deixar: os ricos frutos dos diálogos.

Referências

- BALMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2003.
- BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2008.
- JEANNEAUX, P.; Perrier-Cornet, P. (orgs). **Repenser l'économie rurale**, Versailles : Quae, 2014.
- Dubresson, A.; Raison, J. P. **L'Afrique subsaharienne: une géographie de changements**. Paris : Armand Colin, 1998.
- EUROPA TAYLOR, Mildred. **Fatos interessantes sobre as grandes muralhas do Benin na Nigéria, uma das maiores estruturas terrestres artificiais do mundo**. Publicado em 4 jul/2018. Disponível em: <https://face2faceafrica.com/article/interesting-facts-about-the-great-walls-of-benin-in-nigeria-one-of-the-worlds-largest-man-made-earth-structures>. acessado em 6 de novembro de 2019.
- FERRETTI, S. F. **Guerebentã de Zomadônu**: etnografia da Casa das Minas do Maranhão. Rio de Janeiro : Pallas, 2009.
- GEORGE, P. **Dictionnaire de géographie**. Paris : Presse Universitaire de France, 1990.
- GURAN, M. **Agudás**: os brasileiros do Benin. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2000.
- Houngbo, E. **Dynamique de pauvreté et pratique agricole de conservation de l'environnement em milieu rural Africain**: Le cas du plateau Adja au sud Bénin. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências do desenvolvimento) Ecole Doctorale Pluridisciplinaire da Université d'Abomey-Calavi. Abomey : (UAC/Benin, 2008, 309p.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.gov.br> Acesso em agosto de 2012.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acessado em 18/06/2020. Organização: Moussa e Portuguez (2020).

INSAE RGPH4 - Institut National de la Statistique et de L'analyse Économique. **Recensement général de la population et de l'habitation au Bénin en 2013-2020.** Disponível em : <https://www.insae-bj.org/>. Acessado em 18/06/2020.

KIPRÉ, P. O desenvolvimento industrial e o crescimento urbano. In: MAZRUI, A.; WONDJI, C. **História geral da África: África desde 1935.** Vol. VIII, Brasília: UNESCO, 2010, p. 429-470.

LEIRIS, M. **A África fantasma.** São Paulo: Cosac Naify, 2007.

MOUSSA, M. ; PORTUGUEZ, A. P. **Desenvolvimento local e combate à pobreza em África Ocidental** : microfinanciamento e promoção da cunicultura em Allada, Benin. Ituiutaba : Barlavento, 2020.

PANTOJA, S. **Uma antiga civilização africana:** história da África Central Ocidental. Brasília: Ed.UnB, 2011.

PINTO, F. S. . **Levanta, Favela!** Vamos Descolonizar o Brasil. Rio de Janeiro: Conexão 7, 2019.

PORTUGUEZ, A. P. **Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira.** Ituiutaba: Barlavento, 2015.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado:** fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. ; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século 21. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, M. de M. **África e Brasil africano.** 2 ed. São Paulo: Ática, 2007.

VERGER, P. **Notas sobre o culto aos orixás e voduns.** São Paulo : Edusp, 2012.

Recebido em: 13/05/2019

Aprovado para publicação em: 18/12/2019